



Enel Trading Brasil S.A.

CNPJ: 30.248.458/0001-25

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes



Enel Trading Brasil S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	9
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	12
Demonstrações do resultado.....	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	18

Relatório da Administração - 2024

Enel Trading Brasil S.A.

Relações com Investidores

<https://ri.enel.com/publicacoes/central-de-resultados#publicacoes> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Trading Brasil S.A. (ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1 PERFIL*

A Enel Trading Brasil S.A. (“Companhia” ou “Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 501, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objetivo a comercialização, promoção de compra e venda no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2021, iniciaram-se as atividades no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético e um aperfeiçoamento da estratégia comercial. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). A Enel Trading iniciou suas atividades de comercialização em janeiro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia obteve autorização do Ministério de Minas e Energia para importar energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada será destinada ao mercado de curto prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, 304/2020 e 523/2021, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional.

Em 2024 a Enel Trading continuou se consolidando como a 3ª maior comercializadora em vendas de energia para clientes finais, construindo um market share de 7,5% do mercado o equivalente a uma entrega de 1.959 MWm de energia. No mercado varejista possui um market share de 4,1% o equivalente a uma entrega de 970 MWm de energia.

A Enel Trading possui clientes em todas as regiões do país, sendo a maior parte deles do setor industrial, totalizando 60% da carteira em volume de energia, seguido respectivamente pelos setores de serviços, comércio e agro.

2 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2024	2023	Variação	Var. %
Volume de energia vendida (GWh)	29.424	25.744	3.680	14,3%
Quantidade de clientes (consumidores finais)	5.254	3.957	1.297	32,8%
Quantidade de contratos firmados (consumidores finais)	668	749	(81)	-10,8%
Prazo médio dos contratos (anos)	3	4	(1)	-25,0%

Número de Colaboradores

	2024	2023	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	130	129	72	0,8%
Total	130	129	72	0,8%

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Indicadores Patrimoniais

	2024	2023	Variação	Var. %
Ativo total	1.568.929	814.966	753.963	92,5%
Patrimônio líquido	194.609	269.788	-75.179	-27,9%
Capital Social	54.271	54.271	-	-
Valor patrimonial por ação (R\$)	0,0369	0,0511	-0,0142	-27,9%

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

A quantidade de energia vendida faturada pela Enel Trading em 2024 foi de 29.424 GWh. O aumento na energia entregue em relação ao ano anterior ocorreu pelo crescimento da autoprodução, pela abertura do mercado e pelas vendas em leilões regulados.

A abertura do mercado em 2024 contribuiu para o alcance de uma nova fatia de mercado, onde consumidores atendidos em média e alta tensão, com demanda menor que 500KW também passaram a ter o direito de migrar para o mercado livre na modalidade varejista.

Em relação a carteira de clientes atendidos pela companhia, o número total de consumidores finais atendidos em 2024 foi de 5.254, o aumento em relação a 2023 está relacionado à abertura do mercado, com a entrada da modalidade varejista na carteira. Em relação a quantidade de contratos firmados com consumidores finais, para 2024 e os anos seguintes, foi de um total de 668, ocorreu uma redução em relação ao ano anterior principalmente pela estratégia de venda de autoprodução e foco no mercado atacadista. Em 2023 a empresa focou as vendas no mercado varejista, que era um mercado novo a ser desbravado e que é caracterizado por clientes de pequeno porte, o que representa uma maior quantidade de contratos.

Em 2025, o desafio da Enel Trading é seguir com a estratégia de venda para consumidores, com contratos comuns e também autoprodução, além do atendimento de consumidores de menor porte e a migração dos clientes potencialmente livres que ainda estão no mercado cativo. Além do papel de gestão do portfólio para garantir a otimização dos recursos na reposição da energia não gerada, principalmente pelos fortes impactos causados pelo curtailment.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado Consolidado

Valores em R\$ Mil

	2024	2023	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	5.337.137	4.345.687	991.450	22,8%
Deduções da Receita Bruta	(577.265)	(434.807)	(142.458)	32,8%
Receita Operacional Líquida	4.759.872	3.910.881	848.991	21,7%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(4.640.988)	(3.609.722)	(1.031.266)	28,6%
EBITDA (1)	121.947	302.253	(180.306)	-59,7%
Margem EBITDA	2,56%	7,73%	-	-0,67 p.p
EBIT (2)	118.884	301.159	(182.275)	-60,5%
Margem EBIT	2,50%	7,70%	-	-0,68 p.p
Resultado Financeiro	32.219	15.216	17.003	111,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(50.866)	(104.797)	53.931	-51,5%
Lucro Líquido	100.237	211.576	(111.339)	-52,6%
Margem Líquida	2,11%	5,41%	-	-0,61 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	18,98	40,07	(21)	-52,6%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A Enel Trading Brasil S.A. teve uma Receita Operacional Bruta de R\$ 5.337,1 milhões e uma Receita Operacional líquida de R\$ 4.759,9 milhões em 2024, uma alta de 22,8% e 21,7% respectivamente se comparado ao ano anterior. O crescimento está relacionado principalmente à abertura do mercado, com a entrada da modalidade varejista na carteira, gerando assim maiores vendas no mercado livre - contratos comuns e autoprodução.

Os custos do serviço e despesas operacionais apresentaram um total de R\$ 4.640,9 milhões no ano de 2024, alta de 28,6% se comparado ao ano de 2023. O impacto seria pelo reflexo do crescimento de vendas, ou seja, necessidade de maiores compras para o atender aos novos contratos.

Estas variações resultaram em uma redução de R\$ 180,3 milhões no EBITDA, que alcançou R\$ 121,9 milhões em 2024 vis-à-vis R\$ 302,3 milhões em 2023.

O resultado financeiro de 2024 apresentou uma receita líquida de R\$ 32,2 milhões, um aumento de R\$ 17,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 15,2 milhões). Esta variação é decorrente, principalmente, de uma despesa reconhecida em 2023 referente à uma penalidade contratual devido a um distrato comercial, o qual não impactou a despesa em 2024; e aliado a este efeito tem-se um aumento nas receitas de aplicações financeiras em virtude de um maior caixa médio aplicado ao longo do ano de 2024.

Em decorrência dos efeitos acima mencionados, o lucro líquido da Companhia encerrou o exercício de 2024 em R\$ 100,2 milhões, 52,6% inferior ao valor registrado em 2023 (R\$ 211,6 milhões).

5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	2024		2023	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Enel Brasil S.A.	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%
Total	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%

6 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

O modelo organizacional e de governança corporativa da Enel garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo para antecipar decisões e orientar as nossas ações.

Nossa estratégia de sustentabilidade considera as principais tendências do setor elétrico, entre os quais destacamos um dos grandes desafios da atualidade, a transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Além de perspectivas globais como a Agenda 2030 da ONU consolidada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo, entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17 ODS: Energia Acessível e Limpa (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Entre os compromissos da Enel com a sustentabilidade podemos destacar nossa ambição de atingir zero emissões até 2040, graças a um modelo de negócio sustentável baseado no desenvolvimento da geração a partir de fontes renováveis e pela contribuição dos nossos negócios para a eletrificação limpa do consumo, por meio da oferta de serviços e soluções de energia elétrica, levamos sempre em consideração as necessidades dos nossos clientes e demais *stakeholders*. Nesse contexto, a implementação de ações voltadas para a inovação, a digitalização e a economia circular, além do engajamento ao respeito dos direitos humanos, fortalecem nossa estratégia de sustentabilidade e aceleram o crescimento da nossa organização.

Entre as ações que compõem o Plano de Sustentabilidade da Enel, podemos destacar as seguintes realizações dentro ano de 2024, que contribuem para a mitigação de riscos e para o nosso crescimento sustentável.

Comercialização de créditos de carbono: Por meio da comercialização de créditos de carbono das usinas de geração de energia renovável do Grupo Enel, contribuímos para a neutralização de atividades emissoras de gases de efeito estufa. Adicionalmente, realizamos a venda de certificados internacionais de energia renovável (I-REC), que comprovam que a energia consumida pelos clientes é proveniente de fonte limpa. Além de cooperar com as metas de diminuição da pegada de carbono dos nossos clientes, a venda de I-RECs é mais uma forma de materializar nosso engajamento com a diminuição de gases poluentes e do impacto gerado pelo consumo de energia. Em 2024, o volume de certificados vendidos correspondeu a 8,012TWh.

Parceiro Responsável: Programa de desenvolvimento e engajamento da cadeia de suprimentos da Enel em nossos objetivos e compromissos de sustentabilidade, em especial com a Agenda 2030 da ONU. Em 2024, tivemos a participação de 394 pessoas de 249 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente o programa ainda faz o reconhecimento dos fornecedores que apresentarem as melhores práticas de sustentabilidade, após uma análise criteriosa dos resultados e impactos positivos para a sociedade e para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, incentivando assim, o engajamento da cadeia de fornecedores com os compromissos de sustentabilidade da Enel e o desenvolvimento sustentável das empresas.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDHH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDDHH em suas atividades, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa recente avaliação identificou que o nível de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos é de 90%. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção), Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisas e entrevistas realizadas com os principais stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir dessas informações foi elaborado um Plano de Ação com 11 iniciativas para garantir a melhoria contínua das práticas da empresa e que será acompanhado pelo Conselho de Administração da Enel. Entre as ações definidas para o plano, podemos destacar a elaboração de aplicação de treinamentos gerais e específicos para os colaboradores e terceirizados sobre a Política.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “SER – Sustentabilidade em Rede”: Em 2024, o programa “SER - Sustentabilidade em Rede”, coordenado pela área de Sustentabilidade da Enel Brasil, continuou a integrar cultura de sustentabilidade, por meio dos seus quatro pilares estratégicos: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. A iniciativa reafirmou o compromisso coletivo da companhia com a transição energética e a construção de um futuro mais sustentável. Em 2024, o programa alcançou 1.342 participações em atividades que abordaram os temas prioritários da estratégia de sustentabilidade da companhia. Essas atividades foram ministradas por profissionais internos especializados nos temas selecionados, e que foram os protagonistas dessas realizações, inspirando e incentivando seus colegas com iniciativas e resultados inovadores. Ao longo do ano, os webinars abordaram os seguintes temas:

- Ser Econômico: Análise e gestão de riscos e impactos para a sustentabilidade corporativa, com destaque para a adoção da análise de dupla materialidade como parte do processo.
- Ser Ambiental: Reflexões sobre o compromisso ambiental da companhia em 2 webinars temáticos: “Semeando a Cultura Ambiental: Nosso Compromisso com o Futuro” e “Adaptação às Mudanças Climáticas: Estratégias da Enel para Eventos Climáticos Extremos”, que destacaram a atuação proativa da Enel diante dos desafios impostos pela crise climática.
- Ser Social: O webinar “O Papel da Liderança Comunitária em Emergências Climáticas” reforçou a importância de lideranças locais na construção de resiliência e na mitigação de impactos em comunidades vulneráveis.
- Ser Humano: Os webinars abordaram direitos humanos, bem-estar, diversidade, saúde e segurança no ambiente de trabalho, sempre destacando o protagonismo humano como fator-chave para o sucesso das iniciativas.

Essas atividades, estimularam o engajamento, a troca de conhecimentos e a promoção de práticas sustentáveis, reforçando a importância da atuação de cada colaborador no cumprimento dos objetivos estratégicos da companhia. O “SER – Sustentabilidade em Rede” consolida-se como um marco na construção de uma cultura interna sólida e comprometida com a sustentabilidade, destacando a Enel Brasil como referência no alinhamento de suas ações aos pilares ESG e ao Movimento Ambição Net Zero promovido pela Pacto Global Brasil.

7 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2024 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

8 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Julia Freitas de Alcantara Nunes	Diretora - Presidente
Francisco Tutoli	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Relações com Investidores	
Fabio Romanin	
Contadora Responsável	
Camila Silva de Mello - CRC 1RS083577/O-5	



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Enel Trading Brasil S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Trading Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Trading Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	709.217	228.508
Títulos e valores mobiliários	4	81.336	87.351
Contas a receber de clientes	5	713.314	458.669
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		15.569	-
Outros tributos compensáveis		2.587	1.711
Instrumentos financeiros derivativos	18	25.584	23.133
Outros créditos		564	485
Total do ativo circulante		1.548.171	799.857
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributos diferidos	16	-	872
Intangível	6	20.758	14.237
Total do ativo não circulante		20.758	15.109
Total do ativo		1.568.929	814.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	777.769	395.258
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	13.297
Outras obrigações fiscais		41.862	42.412
Dividendos a pagar	11	25.059	14.919
Salários, provisões e encargos sociais		6.850	6.172
Cauções em garantias	8	38.883	6.605
Passivo de contrato	9	449.415	-
Outras obrigações		1.785	642
Total do passivo circulante		1.341.623	479.305
<u>Passivo não circulante</u>			
Tributos diferidos	16	3.138	-
Cauções em garantias	8	29.020	65.873
Provisões para processos judiciais e outros riscos	10	539	-
Total do passivo não circulante		32.697	65.873
<u>Patrimônio líquido</u>	11		
Capital social		54.271	54.271
Reserva de lucros		65.160	65.160
Dividendos adicionais propostos		75.178	150.357
Total do patrimônio líquido		194.609	269.788
Total do passivo		1.568.929	814.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	13	4.759.872	3.910.880
Custo	14	(4.604.525)	(3.583.762)
Lucro bruto		155.347	327.118
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	14		
Despesas gerais e administrativas		(38.829)	(30.607)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		1.866	1.324
Outras receitas operacionais		500	3.323
Total despesas operacionais		(36.463)	(25.960)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		118.884	301.158
<u>Resultado financeiro</u>	15		
Receitas financeiras		34.312	28.269
Despesas financeiras		(1.197)	(13.128)
Variações cambiais líquidas		(896)	74
Total do resultado financeiro		32.219	15.215
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		151.103	316.373
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	16		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(46.857)	(107.353)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.009)	2.556
Total dos tributos sobre o lucro		(50.866)	(104.797)
Lucro líquido do exercício		100.237	211.576
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	12	18,9832	40,0688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	100.237	211.576
Total dos resultados abrangentes do exercício	100.237	211.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social			Reservas de lucros			Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.280	(9)	1.056	54.304	49.000	-	109.631
<u>Resultado abrangente total:</u>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	211.576	211.576
<u>Transações com os acionistas</u>							
Aumento de capital	49.000	-	-	-	(49.000)	-	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(14.919)	(14.919)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(6.500)	(6.500)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	150.357	(150.357)	-
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Reserva legal	-	-	9.800	-	-	(9.800)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	54.280	(9)	10.856	54.304	150.357	-	269.788
<u>Resultado abrangente total:</u>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	100.237	100.237
<u>Transações com os acionistas</u>							
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(150.357)	-	(150.357)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(25.059)	(25.059)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	75.178	(75.178)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	54.280	(9)	10.856	54.304	75.178	-	194.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do exercício	100.237	211.576
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	3.063	1.094
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	(2.451)	(3.572)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.866)	1.324
Atualização monetária de processos judiciais	25	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	514	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	4.009	(2.556)
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(252.779)	115.566
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(15.569)	847
Outros tributos compensáveis	(876)	(1.711)
Outros créditos	(79)	(183)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	382.511	(49.132)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	60.063	105.507
Outras obrigações fiscais	(550)	6.387
Salários, provisões e encargos sociais	678	1.223
Cauções em garantias	(4.575)	22.123
Passivo de contrato	449.415	-
Outras obrigações	1.143	642
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(73.360)	(92.210)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	649.553	316.925
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo intangível	(9.583)	(13.016)
Títulos e valores mobiliários	6.015	(25.288)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(3.568)	(38.304)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	40.158
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-	(40.158)
Pagamento de dividendos	(165.276)	(104.006)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(6.500)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(165.276)	(110.506)
Variação no caixa líquido	480.709	168.115
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	228.508	60.393
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	709.217	228.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Enel Trading Brasil S.A. (“Companhia” ou “Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 501, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista de energia, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades.

A Companhia tem por objetivo a comercialização, promoção de compra e venda no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, tanto para clientes finais de atacado e varejistas, quanto para comercializadores e geradores de energia elétrica. Além disso, a empresa participa de leilões regulados para venda de energia para distribuidoras de energia e ainda pode realizar atividades de importação e exportação de energia. Em 2021, iniciaram-se as atividades no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético e um aperfeiçoamento da estratégia comercial, com foco no atendimento de clientes e parceiros de diversos segmentos e setores. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Através da Portaria nº 1.962/SPE/MME, de 27 de fevereiro de 2023, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar e exportar energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada é destinada ao MCP - Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 60/2022, em montantes estabelecidos pelo ONS – Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional. A exportação comercial de energia elétrica a partir do Brasil, se dá em duas possibilidades nos termos da Portaria MME nº 49/2022 e nos termos da Portaria MME nº 86/2024, com excedentes hidrelétricos não aproveitados no SIN e através da exportação de geração de usinas termelétricas não despachadas para atendimento ao SIN.

Através da Portaria nº 2.864/SPE/MME, de 21 de novembro de 2024, a Companhia foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar energia do Paraguai. A energia importada celebrada seria destinada ao Mercado Livre de Energia, com base na Portaria MME nº 87/2024, limitada a 120 MW médios contratados. Essa modalidade de importação ainda não foi iniciada no Sistema Brasileiro.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidênciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 6 – Intangível;

Nota 10 – Provisões para processos judiciais,

Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e

Nota 18 – Instrumentos financeiros

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	47.499	60.225
<u>Aplicações financeiras</u>		
CDB (Aplicações diretas)	358.175	168.283
Operações compromissadas	303.543	-
Total	709.217	228.508

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras são representadas por aplicações diretas em CDBs (que possuem conversibilidade imediata e insignificante risco de mudança de valor) e operações compromissadas contratadas diretamente ou via fundo de investimento exclusivo (onde a instituição financeira emissora das operações garante a recompra imediata dos títulos, operação classificada como de baixo risco de crédito).

Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários foram remunerados em média a 100,25% do CDI, e o Fundo de Investimento Exclusivo, que contém as operações compromissadas na carteira foi remunerado a 100,25% do CDI (CDBs foram remunerados, em média, 99,89% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 18).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento não exclusivos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos não exclusivos	81.336	87.351
Total	81.336	87.351

Fundos de Investimento não exclusivos, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 104,22% do CDI (96,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Nota	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.12.2024
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Contas a receber		429.918	13.876	70	915	97	293	445.169	(8.683)	436.486
Contas a receber - partes relacionadas	17	240.246	31.628	-	866	768	3.320	276.828	-	276.828
Total		670.164	45.504	70	1.781	865	3.613	721.997	(8.683)	713.314

	Nota	A vencer	Vencidos				Total	PECLD	31.12.2023
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Contas a receber		372.647	488	48	284	388	373.855	(10.549)	363.306
Contas a receber - partes relacionadas	17	93.174	2.189	-	-	-	95.363	-	95.363
Total		465.821	2.677	48	284	388	469.218	(10.549)	458.669

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses* – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default* – PD”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default* – LGD”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP). Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Contas a receber de clientes

Saldo em 31 de dezembro de 2022	(11.873)
Provisões	(2.313)
Reversões	3.637
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(10.549)
Provisões	(4.927)
Reversões	6.793
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(8.683)

6. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço			Em curso	31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Total	Total
Custo incremental	22.477	(4.782)	17.695	-	17.695	11.478
Software	-	-	-	3.063	3.063	2.759
Total	22.477	(4.782)	17.695	3.063	20.758	14.237

O custo incremental está relacionado a custos incorridos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vinculados aos contratos de venda de energia, assim como custos de obtenção de contratos de venda. Os custos ativados são variáveis e amortizados pelo prazo dos referidos contratos. Os custos na CCEE são obrigatórios para que a Companhia possa operar no âmbito de contratação livre – ACL, dessa forma foram enquadrados no CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>				
Custo incremental	13.795	8.682	-	22.477
	13.795	8.682	-	22.477
<u>Amortização acumulada</u>				
Custo incremental	(1.720)	-	(3.062)	(4.782)
	(1.720)	-	(3.062)	(4.782)
<u>Intangível em curso</u>				
Software	2.162	901	-	3.063
	2.162	901	-	3.063
Total	14.237	9.583	(3.062)	20.758

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>				
Custo incremental	1.765	12.030	-	13.795
	1.765	12.030	-	13.795
<u>Amortização acumulada</u>				
Custo incremental	(626)	-	(1.094)	(1.720)
	(626)	-	(1.094)	(1.720)
<u>Intangível em curso</u>				
Software	1.176	986	-	2.162
	1.176	986	-	2.162
Total	2.315	13.016	(1.094)	14.237

A taxa de amortização que reflete a vida útil do ativo intangível, é a seguinte:

Administração	%
Custo incremental	41,67%

7. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		170.869	165.976
Compra de energia - partes relacionadas	17	482.762	210.312
		653.631	376.288
Materiais e serviços		10.613	15.721
Materiais e serviços - partes relacionadas	17	113.525	3.249
		124.138	18.970
Total		777.769	395.258

8. Cauções e garantias

Como forma de cumprimento de garantias, a Companhia possibilita que os clientes depositem cauções relacionadas aos contratos de venda de energia que são mantidos até o final do contrato, quando o cliente tem a opção de reaver os valores caucionados atualizados pelo CDI, ou compensar com as últimas faturas de energia.

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	72.478	50.355
Adição	21.762	77.338
Baixa	(28.644)	(56.098)
Atualização	2.307	883
Saldo final	67.903	72.478
Circulante	38.883	6.605
Não circulante	29.020	65.873

9. Passivo de contrato

Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia fechou contratos com Banco BTG (comercializadora de energia) e Banco Santander, com o objetivo de equalizar o seu portfólio de energia, minimizar exposições a diferenças de preços por submercados e comercializar lastro de energia incentivada e convencional.

Essas operações refletem a atualização das expectativas para o balanço de energia de 2025/2026, e executadas após aprovação interna da estratégia, com contraparte de baixo risco de crédito, a qual apresentou necessidades de comercialização de energia aderentes às necessidades da Companhia. A liquidação financeira antecipada de algumas transações atendeu a necessidades de reforço de liquidez da Companhia, para fazer face a obrigações potenciais a serem cobertas em definitivo, após aprovação de plano financeiro em janeiro de 2025, e preservação do nível de caixa operacional.

As operações realizadas foram:

- a) Swap de Submercado (SE/NE) 2025: volume 150MWm, de 01/01 a 30/06/25, Enel vende a energia no NE e compra a energia no SE
- b) Swap de Submercado (SE/NE) 2026: volume 100MWm, de 01/01 a 30/06/26, Enel vende a energia no NE e compra a energia no SE
- c) Swap de período (abr/25 vs Jun/25: volume 50MWm, Enel vende a energia Jun/25 e compra a energia Abr/25
- d) Compra de energia 2026: volume 100MWm, 01/01 a 30/06/26
- e) Compra de lastro de energia convencional: volume 30MWm, 01/01 a 31/03/25
- f) Venda de lastro de energia incentivada (I5): volume 100MWm, 01/01 a 31/12/25
- g) Venda de lastro de energia incentivada (I5): volume 100MWm, 01/12 a 31/12/24

Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 449.415, refere-se ao adiantamento da contraprestação recebida do BTG e Santander (passivos de contrato), correspondente ao pagamento integral de energia contratada pelo prazo de 2 anos, a contar da data da assinatura do contrato de fornecimento de energia, de 23 de dezembro de 2024.

Não foi reconhecida qualquer receita operacional, uma vez que não houve fornecimento de energia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A receita de fornecimento de energia será reconhecida quando as obrigações de performance forem atendidas, ao longo do tempo, tomando por base o preço pactuado em contrato.

10. Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas à decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores

jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

10.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais e outros, estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2023	Adição	Atualização monetária	31.12.2024
Cíveis	-	514	25	539
Total	-	514	25	539

Os casos cíveis englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento decorrentes de relações contratuais, bem como ações e arbitragens envolvendo questões contratuais.

Não houve movimentação e/ou registros de riscos prováveis durante o exercício de 2023.

10.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis	1.150	-
Total	1.150	-

Os casos cíveis englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento decorrentes de relações contratuais, bem como ações e arbitragens envolvendo questões contratuais.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social é de R\$ 54.280 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo R\$ 54.271 integralizado e R\$ 9 a integralizar, em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%
Total	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%

11.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. A Companhia deixou de constituir reserva legal por atingir o limite, conforme disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

11.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 18 do estatuto social da Companhia.

11.4 Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	100.237	211.576
(-) Reserva legal	-	(9.800)
Lucro líquido do exercício ajustado	100.237	201.776
Dividendo mínimo obrigatório	(25.059)	(14.919)
Dividendos intercalares	-	(30.000)
Juros sobre capital próprio	-	(6.500)
Dividendo adicional proposto	(75.178)	(150.357)
Total	-	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO realizada em 29 de abril de 2024 foram aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando que a Companhia registrou lucro líquido ajustado, no exercício de 2023 no montante de R\$ 201.776, tendo sido

destinado o montante de R\$ 14.919 para pagamento de dividendo obrigatório, que acrescido do montante de R\$ 6.500 já declarado à título de juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido e R\$ 30.000 de dividendos intercalares, perfaz o correspondente a 25,48% atendido o percentual de dividendo mínimo obrigatório

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



estabelecido no Estatuto Social, os acionistas deliberaram a distribuição de R\$ 150.357. a título de dividendos adicionais propostos.

11.5 Dividendos e juros sobre capital próprio

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	14.919	74.006
<u>Efeito não caixa</u>		
Dividendos adicionais propostos	150.357	-
Dividendos intercalares	-	30.000
Dividendo mínimo obrigatório	25.059	14.919
Juros sobre capital próprio declarados	-	6.500
<u>Efeito caixa</u>		
Dividendos pagos	(165.276)	(104.006)
Saldo final	25.059	14.919

12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	100.237	211.576
Número de ações	5.280.312	5.280.312
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	18,9832	40,0688

13. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	2024	2023
Receita de comercialização de energia	13.1	4.275.537	3.876.224
Receita de comercialização de energia - partes relacionadas	13.1 e 17	768.701	229.294
Mercado de curto prazo	13.2	290.447	236.597
Ganho com compra e venda a termo de energia		2.452	3.572
Receita operacional bruta		5.337.137	4.345.687
<u>Deduções da receita</u>			
COFINS		(392.966)	(325.617)
PIS		(184.299)	(109.190)
Total deduções da receita		(577.265)	(434.807)
Total		4.759.872	3.910.880

13.1 Receita de comercialização de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

13.2 Mercado de curto prazo

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber, liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

						2024
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(25.019)	(14.582)	-	-	(39.601)
(-) Capitalização dos custos de pessoal		3.966	-	-	-	3.966
Material		(1.057)	(18)	-	-	(1.075)
Serviços		(3.038)	(17.969)	-	-	(21.007)
Serviços - partes relacionadas	17	(811)	(2.300)	-	-	(3.111)
Energia elétrica comprada para revenda		(935.071)	-	-	-	(935.071)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	17	(3.640.425)	-	-	-	(3.640.425)
Aluguéis e arrendamentos		-	(102)	-	-	(102)
Depreciação e amortização		(3.063)	-	-	-	(3.063)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	1.866	-	1.866
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(514)	-	-	(514)
Outras receitas (despesas) operacionais		(7)	(3.344)	-	500	(2.851)
Total		(4.604.525)	(38.829)	1.866	500	(4.640.988)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2023

			Perda por		
		Despesas	redução ao	Outras	
		gerais e	valor	receitas	
		administrativas	recuperável	operacionais	Total
Nota	Custo				
Pessoal	(21.926)	(11.244)	-	-	(33.170)
(-) Capitalização dos custos de pessoal	1.312	-	-	-	1.312
Material	(235)	-	-	-	(235)
Serviços - partes relacionadas	(2.294)	(15.489)	-	-	(17.783)
Serviços - partes relacionadas	17 -	(2.064)	-	-	(2.064)
Energia elétrica comprada para revenda	(778.636)	-	-	-	(778.636)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	17 (2.780.778)	-	-	-	(2.780.778)
Seguros	(6)	-	-	-	(6)
Depreciação e amortização	(1.094)	-	-	-	(1.094)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.324	-	1.324
Comissão por intermediação de contrato	-	-	-	3.323	3.323
Outras despesas operacionais	(105)	(1.810)	-	-	(1.915)
Total	(3.583.762)	(30.607)	1.324	3.323	(3.609.722)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**15. Resultado financeiro**

	Nota	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>			
Renda de aplicações financeiras		30.523	27.439
Juros e atualização monetária de mercado de curto prazo		1.925	555
Outras receitas financeiras		3.537	1.654
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(1.673)	(1.379)
		34.312	28.269
<u>Despesas financeiras</u>			
Cessão de crédito - <i>factoring</i>		-	(40)
Encargos de dívidas		-	(67)
Variação monetária de processos judiciais e outros		(25)	-
Atualização de impostos e multas		(74)	(66)
Cartas de fiança e seguros em garantia		(99)	(10)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(453)	(504)
Penalidade contratual	15.1	-	(12.350)
Despesas bancárias		(546)	(91)
		(1.197)	(13.128)
<u>Variações cambiais líquidas</u>			
Outras variações cambiais		(896)	74
		(896)	74
Total		32.219	15.215

15.1 No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu penalidade contratual no montante de R\$ 12.350, em decorrência de distrato comercial, de acordo com cláusulas contratuais.

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<u>Composição dos tributos no resultado:</u>				
Na rubrica de tributos				
Correntes	(35.720)	(11.137)	(78.902)	(28.451)
Diferidos	(1.674)	(2.335)	1.852	704
Total	(37.394)	(13.472)	(77.050)	(27.747)
<u>Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</u>				
Resultado antes dos tributos	151.103	151.103	316.373	316.373
<u>Adições:</u>				
Outras despesas indedutíveis	1.099	1.099	(1.568)	(1.568)
Juros sobre capital próprio	-	-	(6.500)	(6.500)
Multas indedutíveis	-	-	24	24
Incentivos fiscais	(2.530)	(2.510)	(32)	(32)
Total das adições	(1.431)	(1.411)	(8.076)	(8.076)
Base de cálculo	149.672	149.692	308.297	308.297
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(37.394)	(13.472)	(77.050)	(27.747)
Total	(37.394)	(13.472)	(77.050)	(27.747)
Alíquota efetiva	24,75%	8,92%	24,35%	8,77%

(b) Imposto Diferido:

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Trading Brasil S.A.

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
<u>Tributos diferidos ativos:</u>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.952	3.586	(634)	(451)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	183	-	183	-
Participação nos lucros	974	835	139	200
Provisão materiais e serviços	527	3.854	(3.326)	3.559
Provisão serviços compartilhados	925	-	925	-
Outras provisões	-	461	(461)	461
	5.561	8.736	(3.174)	3.769
<u>Tributos diferidos passivos:</u>				
Instrumentos financeiros derivativos	(8.699)	(7.864)	(835)	(1.213)
	(8.699)	(7.864)	(835)	(1.213)
Total	(3.138)	872	(4.009)	2.556

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2032	2033 a 2034
4.180	104	104	104	252	608	209

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

17. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

17.1 Controladora (Enel Brasil)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		31.12.2024	31.12.2023	2023
Natureza da operação	Vigência	Passivo	Passivo	Despesas
Dividendos a pagar	Até dezembro de 2025	(25.059)	(14.919)	-
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Até agosto de 2027	(114)	(1)	-
Mútuo	Até abril de 2024	-	-	(67)
Total		(25.173)	(14.920)	(67)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

17.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



		31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
Natureza da operação	Vigência	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra/venda de energia					
Alvorada Energia S.A.	Até dezembro de 2024	(253)	(21)	(4.859)	(2.766)
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	(705)	453	(25.652)	(29.768)
Enel Green Power Cumaru Solar 01 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.484)	(1.421)	(17.479)	(16.678)
Enel Green Power Cumaru Solar 02 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.756)	(3.587)	(41.045)	(41.455)
Enel Green Power Cumaru Solar 03 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.544)	(3.350)	(41.401)	(39.424)
Enel Green Power Cumaru Solar 04 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.539)	(3.385)	(38.907)	(39.425)
Enel Green Power Cumaru Solar 05 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.788)	(1.662)	(20.957)	(20.006)
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	(900)	98	(21.022)	(26.556)
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	(223)	(1.027)	(5.272)	(6.800)
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	6.949	97	(22.228)	(27.593)
Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	7.053	1.149	(23.699)	(28.781)
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	7.316	2.155	3.235	(2.908)
Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	738	(206)	(4.305)	(10.771)
Enel Green Power Esperança 16 S.A.	Até dezembro de 2024	(7.101)	(2.971)	(41.742)	(40.573)
Enel Green Power Esperança 21 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.238)	(4.371)	(35.607)	(53.307)
Enel Green Power Esperança 22 S.A.	Até dezembro de 2024	13.371	(3.909)	(39.785)	(50.715)
Enel Green Power Esperança 25 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.934)	(1.868)	(24.600)	(23.756)
Enel Green Power Esperança 26 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.546)	(3.624)	(44.629)	(43.900)
Enel Green Power Fonte dos Ventos 02 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.094)	(3.016)	(36.149)	(39.507)
Enel Green Power Fonte dos Ventos 03 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.828)	(2.649)	(43.172)	(41.005)
Enel Green Power Joana Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	51	898	(9.658)	(8.535)
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	571	(12.654)	(15.254)
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	441	(10.065)	(11.654)
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	944	3.043	(8.296)	(18.376)
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	743	2.825	(12.057)	(21.184)
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Até dezembro de 2024	(343)	(387)	(5.165)	(4.668)
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	875	(13.501)	(13.506)
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	585	(15.282)	(16.234)
Enel Green Power Salto Apiacás S.A.	Até dezembro de 2024	-	25	467	218
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	(924)	123	(27.645)	(29.688)
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.640)	(1.646)	(19.782)	(19.926)
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.647)	(1.799)	(19.914)	(19.925)
Enel Green Power São Gonçalo 01 S.A.	Até dezembro de 2024	(1)	78	(3.005)	(5.319)
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.	Até dezembro de 2024	2.864	197	(6.365)	(7.995)
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.647)	(1.799)	(19.913)	(19.924)
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.653)	(1.799)	(20.043)	(19.924)
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.156)	(2.016)	(26.799)	(25.418)
Enel Green Power São Gonçalo 15 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.156)	(2.016)	(26.795)	(25.418)
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.156)	(1.633)	(26.794)	(25.126)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.156)	(2.066)	(26.794)	(24.225)
Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.128)	(1.855)	(26.364)	(25.124)
Enel Green Power São Gonçalo 20 S.A.	Até dezembro de 2024	1.015	(15)	(5.248)	(7.611)
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.	Até dezembro de 2024	1.063	338	(4.629)	(7.627)
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.	Até dezembro de 2024	1.063	139	(4.745)	(7.775)
Enel Green Power São Gonçalo 03 S.A.	Até dezembro de 2024	(112)	(83)	(3.358)	(5.566)
Enel Green Power São Gonçalo 04 S.A.	Até dezembro de 2024	482	(231)	(6.622)	(8.321)
Enel Green Power São Gonçalo 05 S.A.	Até dezembro de 2024	(760)	(419)	(8.296)	(9.049)
Enel Green Power São Gonçalo 06 S.A.	Até dezembro de 2024	(1.127)	(2.032)	(22.593)	(25.559)
Enel Green Power Tacaico Eólica S.A.	Até dezembro de 2024	-	(548)	(9.148)	(7.549)
Enel Green Power Ventos de São Roque 19 S.A.	Até dezembro de 2024	(9.369)	(226)	(36.596)	(226)
Enel Green Power Ventos de São Roque 22 S.A.	Até dezembro de 2024	(9.582)	(226)	(37.258)	(226)
Enel Green Power Ventos de São Roque 26 S.A.	Até dezembro de 2024	(8.518)	-	(27.615)	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 29 S.A.	Até dezembro de 2024	(6.388)	-	(18.086)	-
Enel Green Power Ventos Santa Angela 1 S.A.	Até dezembro de 2024	9.767	2.549	6.533	446
Enel Green Power Ventos Santa Angela 2 S.A.	Até dezembro de 2024	1.160	2.591	6.680	338
Enel Green Power Ventos Santa Angela 3 S.A.	Até dezembro de 2024	6.867	2.569	6.669	369
Enel Green Power Ventos Santa Angela 4 S.A.	Até dezembro de 2024	9.668	3.600	6.309	323
Enel Green Power Ventos Santa Angela 5 S.A.	Até dezembro de 2024	8.737	1.192	6.938	(672)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 6 S.A.	Até dezembro de 2024	8.505	2.527	6.553	347
Enel Green Power Ventos Santa Angela 7 S.A.	Até dezembro de 2024	6.304	1.852	6.070	263
Enel Green Power Ventos Santa Angela 8 S.A.	Até dezembro de 2024	7.793	1.123	6.404	(2)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 9 S.A.	Até dezembro de 2024	10.750	884	(1.218)	(12.831)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 10 S.A.	Até dezembro de 2024	7.978	2.261	(867)	(9.836)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 11 S.A.	Até dezembro de 2024	7.814	2.106	(2.346)	(11.376)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 12 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.012)	(1.671)	(26.998)	(26.451)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 13 S.A.	Até dezembro de 2024	(586)	(67)	(22.908)	(26.812)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 14 S.A.	Até dezembro de 2024	11.069	774	947	(9.206)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 15 S.A.	Até dezembro de 2024	8.092	2.451	(877)	(10.376)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 16 S.A.	Até dezembro de 2024	4.352	(193)	(22.859)	(29.277)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 17 S.A.	Até dezembro de 2024	16.639	3.638	(3.332)	(14.008)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 18 S.A.	Até dezembro de 2024	5.688	873	(23.033)	(28.138)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 19 S.A.	Até dezembro de 2024	7.457	1.073	7.059	41
Enel Green Power Ventos Santa Angela 20 S.A.	Até dezembro de 2024	2.597	2.537	6.059	105
Enel Green Power Ventos Santa Angela 21 S.A.	Até dezembro de 2024	2.263	1.017	6.462	(169)
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 08 S.A.	Até dezembro de 2024	80	(2.021)	(20.694)	(26.466)
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 13 S.A.	Até dezembro de 2024	1.861	(714)	(7.098)	(15.144)
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 15 S.A.	Até dezembro de 2024	12.137	(2.374)	(20.927)	(32.671)
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 17 S.A.	Até dezembro de 2024	1.661	(2.192)	(17.339)	(28.070)
Enel Green Power Zeus II - Delfina VIII S.A.	Até dezembro de 2024	11.685	2.544	7.805	264
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Até dezembro de 2024	(20.865)	(38)	(51.520)	(38)
Enel Green Power Aroeira 02 S.A.	Até dezembro de 2024	(16.272)	-	(47.389)	-
Enel Green Power Aroeira 03 S.A.	Até dezembro de 2024	(17.386)	-	(48.196)	-
Enel Green Power Aroeira 04 S.A.	Até dezembro de 2024	(15.701)	-	(45.494)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Green Power Aroeira 05 S.A.	Até dezembro de 2024	(21.123)	-	(43.192)	-
Enel Green Power Aroeira 06 S.A.	Até dezembro de 2024	(18.105)	(566)	(41.769)	(566)
Enel Green Power Aroeira 07 S.A.	Até dezembro de 2024	(15.130)	(528)	(43.587)	(528)
Enel Green Power Aroeira 08 S.A.	Até dezembro de 2024	(11.972)	(641)	(45.854)	(641)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Até dezembro de 2024	(61.399)	(61.996)	(690.174)	(798.833)
Enel Green Power Mourão S.A.	Até dezembro de 2024	(73)	(55)	(1.498)	(396)
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.052)	(3.226)	(35.747)	(46.549)
Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.336)	(3.131)	(43.329)	(45.288)
Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.	Até dezembro de 2024	(9.477)	(1.254)	(28.547)	(1.254)
Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.030)	(1.070)	(40.029)	(38.491)
Enel Green Power Ventos de São Roque 05 S.A.	Até dezembro de 2024	(13.669)	(3.762)	(32.713)	(3.762)
Enel Green Power Ventos de São Roque 06 S.A.	Até dezembro de 2024	(9.659)	(3.721)	(31.927)	(3.721)
Enel Green Power Ventos de São Roque 07 S.A.	Até dezembro de 2024	(8.731)	(3.314)	(33.564)	(3.117)
Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.456)	(1.864)	(46.912)	(45.165)
Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.226)	(3.171)	(42.007)	(44.310)
Enel Green Power Ventos de São Roque 13 S.A.	Até dezembro de 2024	(29.173)	-	(29.123)	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.995)	(2.724)	(38.715)	(40.530)
Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.	Até dezembro de 2024	(2.827)	(1.377)	(36.951)	(35.443)
Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.	Até dezembro de 2024	(3.238)	(1.638)	(42.070)	(40.998)
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Até dezembro de 2024	(7.146)	(7.036)	(96.970)	(81.191)
Isamu Ikeda Energia S.A.	Até dezembro de 2024	(1.373)	(927)	(12.645)	(8.898)
Quatiara Energia S.A.	Até dezembro de 2024	(240)	(251)	(4.506)	(2.795)
Socibe Energia S.A.	Até dezembro de 2024	(1.038)	(677)	(11.652)	(7.553)
Primavera Energia S.A.	Até dezembro de 2024	-	-	35	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.	Até dezembro de 2024	(10.418)	-	(15.584)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 12 Ltda.	Até dezembro de 2024	(10.418)	-	(15.584)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 13 Ltda.	Até dezembro de 2024	(9.277)	-	(13.236)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 14 Ltda.	Até dezembro de 2024	(9.277)	-	(13.222)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 15 Ltda.	Até dezembro de 2024	(10.571)	-	(6.877)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 16 Ltda.	Até dezembro de 2024	(10.390)	-	(6.861)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 17 Ltda.	Até dezembro de 2024	(10.994)	-	(11.339)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 21 Ltda.	Até dezembro de 2024	(7.391)	-	(6.739)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 22 Ltda.	Até dezembro de 2024	(5.416)	-	(3.298)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 23 Ltda.	Até dezembro de 2024	(5.908)	-	(2.818)	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 24 Ltda.	Até dezembro de 2024	(4.239)	-	(6.413)	-
Usina Eólica Pedra Pintada D Ltda	Até dezembro de 2024	(12.457)	-	(17.965)	-
Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda	Até dezembro de 2024	(13.867)	-	(21.680)	-
Usina Eólica Pedra Pintada C Ltda	Até dezembro de 2024	(10.812)	-	(17.785)	-
Usina Eólica Pedra Pintada B Ltda	Até dezembro de 2024	(12.175)	-	(18.997)	-
Apiacás Energia S.A.	Até dezembro de 2024	-	-	(2.581)	-
		(326.720)	(117.811)	(2.986.925)	(2.551.484)
Suprimento de energia - CCEAR					
Ampla Energia e Serviços S.A.	Até dezembro de 2026	1.103	-	12.856	-
Companhia Energética do Ceará S.A.	Até dezembro de 2026	4.524	-	52.280	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Até dezembro de 2026	4.310	-	50.069	-
		9.937	-	115.205	-
<u>Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura</u>					
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Até agosto de 2027	(1.023)	(362)	-	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Até agosto de 2027	(63)	-	-	-
		(1.086)	(362)	-	-
<u>Compartilhamento de recursos humanos expatriados</u>					
Enel Global Trading SPA	Até dezembro de 2025	(5.251)	(3.236)	(2.300)	(2.064)
Inversora Condensa S.A.	Até dezembro de 2025	-	(472)	-	-
		(5.251)	(3.708)	(2.300)	(2.064)
<u>Serviços de GDS</u>					
Inversora Condensa S.A.	Até dezembro de 2025	(746)	-	(811)	-
		(746)	-	(811)	-
<u>Acordo compensação financeira</u>					
Usina Fotovoltaica São Francisco Ltda.	Até setembro de 2024	3.320	3.320	-	-
		3.320	3.320	-	-
Total		(320.546)	(118.561)	(2.874.831)	(2.553.548)

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suprimento de energia – CCEAR: Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Remuneração dos Administradores

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontra-se disposta no quadro abaixo. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	2024	2023
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	649	1.046
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	(6)
Total	649	1.040

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

18.1 Instrumentos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



18.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.12.2024		31.12.2023		
Categoria			Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		2	709.217	709.217	228.508	228.508
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado		2	81.336	81.336	87.351	87.351
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		2	713.314	713.314	458.669	458.669
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado		2	25.584	25.584	23.133	23.133
Total do ativo				1.529.451	1.529.451	797.661	797.661
Passivo							
Fornecedores	Custo amortizado		2	777.769	777.769	395.258	395.258
Cauções em garantias	Custo amortizado		2	67.903	67.903	72.478	72.478
Total do passivo				1.295.087	1.295.087	467.736	467.736

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 18.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos – compra e venda a termo de energia

A Companhia possui alguns contratos de compra e venda de energia mantidos para negociação no mercado que são mensurados a uma curva de preço futuro de mercado (curva *forward*). O objetivo dessa operação é obter ganhos através da variação de preço no mercado e considera a política de risco da Companhia. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros de acordos com as normas contábeis CPC48.

O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

A movimentação da curva e de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão dispostos como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	23.133	19.561
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - positivo	6.672	8.327
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - negativo	(2.345)	(4.755)
Saldo final	27.460	23.133

18.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

18.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e

indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

	31.12.2024	31.12.2023
Instrumentos financeiros derivativos	25.584	23.133
Dívida	25.584	23.133
Caixa e equivalentes de caixa	(709.217)	(228.508)
Títulos e valores mobiliários	(81.336)	(87.351)
Dívida líquida (a)	(764.969)	(292.726)
Patrimônio líquido (b)	194.609	269.788
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	134,12%	1276,16%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez;

(b.4) Riscos de mercado

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a pagamento à fornecedores no mercado de energia.

A Companhia celebra contratos de curto prazo para comercialização futura de energia de acordo com as determinações e exigências regidas pela CCEE ("Camara de Comercialização de Energia Elétrica"). A CCEE é responsável por assegurar que a transação realizada entre os agentes do mercado seja devidamente honrada entre as partes assegurando o exercício do direito exequível aos participantes, bem como as obrigações. A Companhia celebra contratos de curto prazo para comercialização futura de energia de acordo com as determinações e exigências regidas pela CCEE ("Camara de Comercialização de Energia Elétrica"). A CCEE é responsável por assegurar que a transação realizada entre os agentes do mercado seja devidamente honrada entre as partes assegurando o exercício do direito exequível aos participantes, bem como as obrigações. A Companhia está sujeita a flutuação dos preços negociados no qual os valores dos contratos são modificados em resposta à alteração dos preços de energia e sua liquidação ocorre em data futura. Tais preços atendem ao nível hierárquico de nível 2 cotados para ativos e passivos similares nos sub mercados regionais de energia com informações corroboradas pelos principais participantes do mercado.

19. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2026	2027	2028	2029	2029 a 2039
Compra de energia	3.532	2.716	2.650	2.613	12.191

20. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	n/a	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	n/a	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	n/a	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.